

Analistas dizem que recessão é inevitável

Empresários criticam o aumento de impostos. Para tributarista, algumas medidas do plano de ajuste fiscal são inconstitucionais

Yone Simidzu e
Arlete Salvador
Da equipe do **Correio**

São Paulo — O pacote de ajuste fiscal do governo, como qualquer outro conjunto de medidas destinado a sanear as contas públicas, divide opiniões e recebe críticas e elogios de especialistas. O êxito das propostas do governo depende do ponto de vista de quem faz a avaliação. Quem perde mais chora mais. Os banqueiros estão ao lado dos defensores do ajuste ansiado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, na quarta-feira passada. Os bancos passarão a pagar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% sobre o lucro, mas serão compensados depois, na declaração do Imposto de Renda.

No entanto, pequenos empresários, que em geral estão fazendo malabarismos para sobreviver, consideram o aumento dessa contribuição um desastre.

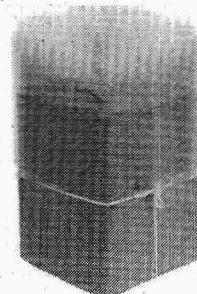
As empresas pagam 2% de Cofins e, caso o Congresso aprove o pacote, passarão a pagar 3%. Como registram lucros baixos, os donos de pequenos negócios acreditam que não receberão a Cofins de volta, porque nada terão para compensar na hora de descontar a contribuição do Imposto de Renda devido.

Consultores, empresários e tributaristas que avaliaram o pacote nos últimos dias concordam em apenas

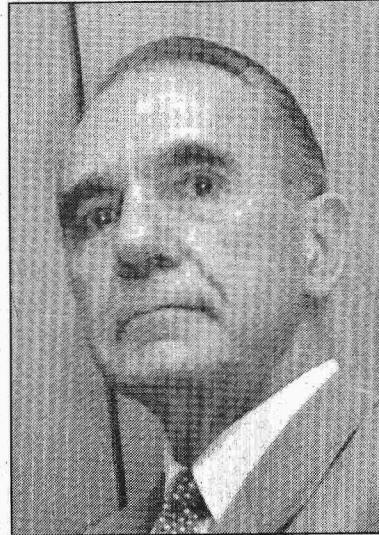
um aspecto: o ritmo de crescimento da economia vai cair e o país atravessará período de profunda recessão no próximo ano.

Ainda não é possível prever o quanto a economia vai encolher, mas o aumento do desconto para a Previdência Social de salários, aposentadorias e pensões dos servidores públicos certamente contribuirá para reduzir as vendas. "Os servidores são parte significativa do mercado consumidor", avalia Carlos Eduardo Uchoa Filho, do Conselho Superior da Micro, Pequena e Média Indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Outro fator que pesará sobre o comércio é o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,38%. A tendência é que os comerciantes absorvam mais esse imposto, porque dificilmente conseguirão repassar para os preços.

Advogados tributaristas e consultores, como Ives Gandra Martins, entendem que há medidas inconstitucionais. "São inconsistentes", afirma. Segundo ele, o governo perdeu a chance de acabar com o déficit fiscal (gastos superiores à arrecadação) quando as reservas internacionais (dinheiro em moeda forte disponível nos cofres do Banco Central) estavam próximas de US\$ 70 bilhões. Veja ao lado a avaliação de técnicos, empresários e tributaristas sobre o ajuste fiscal.



Marcos Fernandes



CUSTO BRASIL

"O pacote econômico vai provocar aumento do chamado Custo Brasil. A nova alíquota da Cofins, por exemplo, será uma paulada, porque incide em todas as etapas da produção. Mesmo assim, não acredito que haja impacto na inflação, porque vivemos um período de recessão. O aumento da contribuição dos servidores públicos para a Previdência Social retira ainda mais dinheiro do mercado e pode aprofundar a recessão. Pelo menos, o governo não mexeu no câmbio, o que acho positivo. O problema é que nós iremos fazer sacrifícios, mas o governo precisa dar sinais mais concretos de que fará isso também."

Carlos Eduardo Uchoa Filho,
do Conselho Superior da Micro,
Pequena e Média Indústria da Fiesp

AE

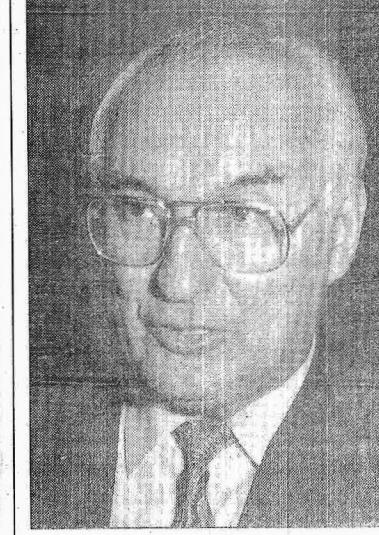


EFEITO COLATERAL

"É um pacote consistente. Merece nosso apoio. Defendo a perspectiva da estabilidade estrutural, hoje distorcida. O ministro Pedro Malan foi enfático ao deixar claro que não haverá desvalorização do real. O aumento da CPMF é uma necessidade que deve ser rapidamente aprovada. O que temos claro é que essas medidas são o possível hoje e que por isso as apoiamos. Não as achamos recessivas. Não colocá-las em prática é que seria um desastre. O remédio é amargo, tem efeitos colaterais negativos, como o risco de demissões em massa. Mas são absolutamente necessárias para evitar o risco de a estabilidade acabar."

Roberto Setúbal,
presidente da Federação Brasileira dos Bancos
(Febraban)

Carlos Moura 22.6.94



MEDIDAS ILEGAIS

"Trata-se de um pacote absolutamente inconsistente. Há várias medidas inconstitucionais, como a transferência dos depósitos judiciais para o Tesouro Nacional e o aumento da CPMF e da Cofins. As duas contribuições deveriam ser retiradas do sistema tributário nacional, que já está ultrapassado. Mas me parece que o governo não tem nenhum projeto de reforma pronto. Na verdade, o governo cometeu o erro de não ter feito as reformas necessárias para zerar o déficit quanto tinha reservas suficientes. O que as medidas do novo pacote irão provocar é o sucateamento da indústria nacional. Acredito também que haverá desvalorização cambial no futuro."

Ives Gandra Martins,
professor de
Direito Tributário

Ronaldo de Oliveira



SONEGAÇÃO DA COFINS

"Estava preocupado com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica calculado sobre o faturamento. Felizmente não veio. O aumento da Cofins em 1% permite a compensação no Imposto de Renda, mas somente para as empresas com boa situação financeira, que tenham tido lucro. Mesmo assim, elas terão dificuldade em repassar esse aumento de custo para o preço dos produtos por causa da recessão. Para quem está no vermelho, o aumento da Cofins vai ser uma carga tributária tremenda. Com a CPMF, não existe risco de sonegação. Com a Cofins há, certamente, mas não nas grandes empresas. As de menor porte podem deixar de registrar vendas".

Dárcio Torelli,
diretor da empresa de consultoria
Ernst & Young